

COMISSÃO NACIONAL DAS ELEIÇÕES ADVERTE

Afixação de cartazes em locais interditos constitui infracção criminal

ATAQUE AO GOVERNO OU À DEMOCRACIA?

(Continuação da 1.ª página)

verdadeiros interesses dos trabalhadores, a resposta é, como não pode deixar de ser, confusa e difícil. Porque de facto a crítica não resiste a um exame sério. E não me parece objectivo dizer que a falta de rendibilidade e de assiduidade ao trabalho apenas se verifica em «casos pontuais», quando devia ser de conhecimento público que a rendibilidade do trabalho nacional, em termos de relação «custo de mão-de-obra—valor produzido», deve ser actualmente em Portugal uma das dez mais baixas do mundo, que a percentagem de «dias de doença» é a mais alta de todos os países em que existe seguro social de doença e o índice de absentismo, em quase todas as grandes empresas, se situa acima dos 15 por cento, atingindo vulgarmente valores compreendidos entre os 20 e os 30 por cento.

É evidente que o dr. Álvaro Cunhal e os dirigentes do P. C. não ignoram nem a verdade nem a crítica importância destes números. Ao minimizá-los, chamando-os «pontuais», usam uma tática de disfarce, para logo de seguida situarem o problema na sua óptica política: nada se poderá exigir aos trabalhadores, nem disciplina, nem assiduidade, nem rendimento de trabalho, se não for para alargamento das soluções colectivas, isto é, para uma socialização total e imediata da produção. É evidente que o P. C. tem no problema duas ópticas diferentes: a que teria eventualmente como partido de Governo — supressão imediata do direito à greve, silenciamento das reivindicações, alinhamento governamental dos sindicatos, disciplina de ferro no trabalho, obediência absoluta à hierarquia burocrática; e a óptica que mantém como forma de conquista do poder — reforço das reivindicações, defesa da mandria e do semitrabalho generalizados, multiplicação das greves, intimidações ao Governo.

O jogo é evidente e situa-se talvez numa linha correcta de interesse partidário. Resta, porém, saber se não partirá duma visão errada da situação psicológica da população portuguesa, até mesmo da população «operária», e se este «forcing» da circunstância histórica não poderá conduzir a um segundo desastre partidário como já conduziu em 1975, muito mais grave agora porque arrastaria consigo o desastre da esquerda nacional e o afundamento real das conquistas democráticas do 25 de Abril.

Parece, com efeito, lunar a tentativa de reconstituir a mística do M. F. A. e da decantada união povo-M. F. A. Este apelo à força como elemento de condução dum processo, que não se quer aceitar como constitucional e normal, mas que se exige «revolucionarista», contra a evidente vontade da maioria nacional, tem um sabor serdóio, irremediavelmente gasto e perigosamente fiel a um leninismo importado para um País avesso a uma solução leninista. Surge como irreal a pretensão de voltar a accionar as Forças Armadas como grupo leninista da vanguarda. O desastre quase cómico em que seolveu o vanguardismo fardado deixou no povo português um desejo profundo de normalidade política, de ódio, que já existia no tempo do Estado Novo, a soluções militares do poder, à impugnação total do direito do senhor A ou do senhor B, pelo facto de representarem a força, mandarem nos outros.

A consciência generalizada nas Forças Armadas é, aliás, a de não quererem, de forma alguma, voltar a representar um papel político, mas antes a de se integrarem como elemento de disciplina e de paz numa ordem democrática, com acatamento e obediência ao poder civil constitucionalmente legítimo.

É paradoxal que Álvaro Cunhal afirme, por um lado, que o P. C. se encontra hoje na defesa intransigente da Constituição e reivindique ou proponha, por outro lado, uma solução militarista de substituição governamental. Há que não esquecer que a sobrevivência de órgãos de soberania militares é precária e apenas se justificou e justifica como garantia de defesa e instituição definitivas da democracia portuguesa.

Pretender que o que deve servir para defesa da democracia seja o elemento da sua destruição é aberrante. Mas essa aberração existe e diz respeito fundamentalmente a uma diferente concepção de democracia e à incerteza intelectual de alguns elementos que, se em certos momentos apostaram na defesa da democracia por generosidade natural, ou por horror à tirania, no fundo não se encontram doutrinarmente preparados para a aceitar na sua realidade quotidiana, nas suas dificuldades e nos seus acertos, nos seus erros e nas suas vitórias fundamentais.

É nesta defesa da democracia que apostamos e ela passa, neste momento, pela serenidade que o Governo mantém perante o clamor infundamentado com que se pretende ocultar uma acção consciente e difícil, um plano altamente positivo e uma certa confiança que renasce. Continuaremos amanhã o sereno exame das forças e dos factos que em Portugal e neste momento se situam na defesa da democracia ou na sua consciente ou inconsciente destruição.

FRANCISCO DE SOUSA TAVARES

A afixação de cartazes eleitorais em locais proibidos para esse efeito é uma das questões abordadas num comunicado da Comissão Nacional das Eleições, que reproduzimos a seguir, na íntegra:

«1—Tendo chegado ao conhecimento da Comissão Nacional das Eleições que vêm sendo afixados, fora dos espaços especiais, destinados para o efeito, cartazes e inscrições de propaganda eleitoral, chama-se a atenção dos cidadãos, partidos políticos, coligações ou frentes que tal conduta constitui infracção criminal, quando se trate de edifícios públicos, templos, monumentos, instalações diplomáticas ou consulares e placas de sinalização de trânsito.

«Essas infracções serão denunciadas pela Comissão Nacional das Eleições ou seus delegados aos tribunais competentes.

«2—Informam-se os interessados de que as coligações ou frentes para fins eleitorais terão de ser comunicadas até ao início da campanha eleitoral, à Comissão Nacional das Eleições, em Lisboa, ou aos seus delegados distritais, que se encontram instalados nas sedes dos governos civis dos respectivos distritos.»

Constituição das mesas de voto

Termina hoje o prazo para o delegados das listas apresentadas à eleição escolhem os membros das mesas de voto indicando 5 lugares que irão desempenhar: presidente, suplente, secretário e dois escrutinadores. Essa eleição deverá ser imediatamente comunicada à autoridade municipal através do respectivo presidente da comissão administrativa da freguesia.

«No caso dos delegados não chegarem a acordo sobre algum ou alguns dos lugares de membros de mesas deverão propor ao presidente da comissão administrativa municipal ou ao administrador de bairro, dois electores por cada lugar que faltar preencher, procedendo-se, de seguida, a sorteio para suprir aquelas faltas. Se os delegados não propuserem nomes suficientes, então competirá à autoridade municipal respectiva nomear pessoas para os lugares ainda vagos.

Convém ainda referir que na legislação reguladora do presente processo eleitoral se prevê, para os membros das mesas, dispensa de comparência ao respectivo emprego ou serviço no dia seguinte ao da eleição.

Candidatos do P. S. D. no Estoril: «acertar agulhas»

Realizou-se, ao fim da tarde de sábado, no Pavilhão dos Congressos do Estoril, a reunião dos candidatos que encabeçam as listas do Partido Social Democrata aos órgãos das autarquias locais do distrito de Lisboa.

Os trabalhos contaram com a presença de delegações das 98 freguesias concorrentes, mais as de Lisboa, sendo a mesa orientada pelo vice-presidente do P. S. D., P. S. D., dr. Sousa Franco, que se encontrava ladeado por Helena Roseta, Costa Rebelo, Pinto da Silva e António Capucho.

Contactado pela Anop, o dr. Sousa Franco informou que à reunião, como muitas outras que têm decorrido de modo a cobrir os vários distritos do País, vivia a troca de impressões entre os diversos candidatos acerca da estratégia e tática eleitoral.

Após ter referido que a reu-

não teve a «intenção de acertar agulhas entre os diversos candidatos locais do partido sobre a campanha que decorrerá num momento especialmente delicado na vida do País», o vice-presidente do Partido Social Democrata salientou que viera à reunião para ouvir opiniões e não para ser ouvido.

A terminar, e acerca da ausência do dr. Sá Carneiro, Sousa Franco informou que «houve diversas alterações na deslocação de elementos da comissão política nacional, apenas por razões pessoais e profissionais».

Por seu turno, o dr. António Capucho, director-geral para a implantação do partido, revelou à Anop que «o Partido Social Democrata concorre a noventa e cinco por cento das freguesias do distrito de Lisboa e a todos os órgãos municipais».

Entretanto, foram revelados os nomes dos candidatos a presidentes das Câmaras Municipais do distrito de Lisboa, nomeadamente, ara.ª Helena Roseta, Lisboa; dr. Nuno Vilaca de Sousa, Sintra; dr. Jorge Correia da Cunha, Oeiras; dr. Teixeira Bastos, Cascais; Manuel Alves, Alenquer; Raposo Dias, Arruda dos Vinhos; Eduardo Caldeira, Azambuja; Hórcio dos Santos, Cadaval; Júlio Coelho, Lorres; Rafael Afonso, Oeiras; dr. José Carlos de Montemor, Rio Ribelo, Torres Vedras; e Manuel Marques, Vila Franca de Xira.

A Câmara Municipal de Lisboa, além da candidata a presidente Helena Roseta, concorre, ainda, a vice-presidente, o dr. Nandim de Carvalho.

Na tarde de sábado reuniram-se, igualmente no Estoril, os candidatos às autarquias locais que encabeçam as listas do concelho de Cascais do Partido Social Democrata.

O P. S. D. concorre por todas as freguesias de Cascais, incluindo nas suas listas dois elementos independentes filiados no P. M., Henrique Barrilero Ruas e Manuel Jesus Carvalho.

Concorrem 39 candidatos efectivos e 41 suplentes às assembleias municipais e de freguesia do concelho de Cascais, bem como ao seu município e bem assim à assembleia das freguesias do Estoril, São Domingos de Rana, Alcabideche, parede e Carcavelos.

É candidato a presidente da Câmara Municipal de Cascais, o economista Francisco José Teixeira Bastos, de 53 anos, do Estoril, destacando-se nas listas de candidatos à assembleia municipal, o jornalista Francisco Pinto Balsemão, director do «Ex-

presso», bem como Barrilero Ruas, dirigente do P. P. M.

«A Frente Eleitoral Povo Unido, fiel aos objectivos e princípios que nortearam a sua constituição e orientam a sua intervenção nas próximas eleições, reafirma que a batalha principal é contra os caciques e as forças reaccionárias que querem ganhar fortes posições nas administrações locais para melhor combaterem o regime democrático. Neste sentido, as listas do Povo Unido não se deixaram arrastar para conflitos e atitudes de hostilidade entre forças democráticas e farão uma campanha construtiva, voltada para os problemas concretos das populações, voltada para a grande tarefa de unir vontades e energias para construir um futuro de progresso e de larga participação democrática das populações na resolução dos seus problemas», afirma-se no comunicado desta frente, relativo à reunião da sua comissão nacional, efectuada no último sábado.

Numa resposta implícita a afirmações do P. S., segundo as quais a frente serviria de máscara ao P. C., «a comissão nacional da F. E. U. esclarece que a formação de frentes eleitorais é um direito consagrado na Constituição, como um dos aspectos de pleno exercício das liberdades democráticas conquistadas com o 25 de Abril e que, por isso, não pode ser contestado».

Prosegue: «O País sabe quais as organizações partidárias que deram base jurídica à F. E. P. U., e quais a integram hoje, sabem quem são os democratas independentes que nela participam, conhece, à escala local, a larga e sincera unidade existente nas listas do Povo Unido. Nada disso tem sido escondido pela frente.

«É mais adiante: «É certo que as «regras do jogo democrático» sofreram já neste processo eleitoral graves distorções e violações. Mas a responsabilidade de tais factos não cabe à F. E. P. U. Cabe, sim, que o escândalo do eleitorado alianças encapotadas com a direita, aos que adiarão prazos ao sabor de conveniências partidárias e entregaram listas depois de termo legal dos prazos, aos que criaram exigências legais que quase podiam ter impossibilitado a constituição da F. E. P. U. e aos que depois de terem criado essas exigências as removeram, fazendo sucessivas alterações da lei eleitoral, à medida que reconheciam que os seus partidos não eram capazes de as superar.»

A comissão nacional é composta por 55 membros e segundo um dos seus elementos, é a estrutura representativa do próprio leque unitário da F. E. P. U.»

A F. E. P. U. mobiliza cerca de 30 mil candidatos em todo o território nacional. De acordo com dados provisórios, cerca de 60 por cento dos participantes nas listas para assembleias de freguesia não são militantes de qualquer dos partidos que integram a frente.

Durante a reunião de sábado foram discutidas e formuladas recomendações sobre a campanha eleitoral.

Comissão de apoio à F.E.P.U. nos Capuchos

Entretanto, um grupo de 30 trabalhadores do Hospital de Santo

António dos Capuchos, num documento dirigido aos trabalhadores e utentes daquele estabelecimento hospitalar, anunciam que se constituiriam em comissão de apoio à F. E. P. U.

«Se tivermos em conta — lê-se no documento — que, durante 50 anos, o fascismo se organizou para levar o povo português à miséria económica, social e cultural para o que contava com uma rede de malha apertada de caciques e lacaios distribuída por todo o País e que a Revolução de Abril apenas liquidou os que se encontravam em altas funções no aparelho de Estado mantendo-se intacta a sua influência em cerca de dois terços do País, percebemos que só com uma grande e forte unidade dos trabalhadores, não importando a sua filiação partidária, estes poderão destruir completamente aquela rede.»

VASCO DA GAMA FERNANDES REGRESSA DA REUNIÃO DA N. A. T. O.

«VENHO profundamente satisfeito e até um pouco orgulhoso de ver o respeito que o nosso País está a merecer lá fora. Mas os problemas portugueses têm de ser resolvidos por nós. É preciso trabalhar muito para responder e para inspirar cada vez mais confiança àqueles que, tão generosamente e tão amigavelmente — e digo mesmo tão fraternalmente — nos estão a auxiliar neste momento», afirmou o presidente da Assembleia da República Vasco da Gama Fernandes, à chegada a Lisboa da delegação de parlamentares portugueses que participou na 22.ª reunião anual da N. A. T. O., nos Estados Unidos. «Fomos recebidos como parceiros, não como seres sobre os quais se poderá estabelecer confusões ou quaisquer dúvidas», acrescentou Vasco da Gama Fernandes, sublinhando que a receptividade a Portugal no seio da organização é hoje «totalmente diferente», pois temos agora «uma democracia instalada legitimamente».

A delegação portuguesa à reunião que terminou no sábado, integrou representantes do P. S., P. S. D., P. P. D. e C. D. S., respectivamente Álvaro Monteiro, Barbosa de Melo e Amaro da Costa. Interrogados sobre a viagem, enquanto os dois primeiros corroboraram as impressões de V. G. Fernandes, o terceiro, depois de manifestar a sua satisfação pelo recente empréstimo dos Estados Unidos ao nosso País, afirmou que compreendeu o último comunicado do Conselho de Ministros. Para Amaro da Costa, a referência ao empréstimo de 50 milhões de dólares «não bate certo com os 300 milhões emprestados recentemente».

O dirigente do C. D. S. afirmou, nomeadamente: «Não deixei de ser espantoso que o Governo continue a negociar nesta matéria sem tomar precauções elementares, como seja, por exemplo, a de chamar os líderes dos partidos políticos e anunciar-lhes, previamente, que estas negociações estão em curso.»

Sustentando ser da competência da Assembleia da República autorizar empréstimos, Amaro da Costa disse a terminar: «Esta competência não pode ser do Governo: tem de ser exercida pela Assembleia e a Assembleia não foi consultada. Isto de o Governo concretizar qualquer empréstimo dessa natureza é um acto inconstitucional.»

MARIA DE LURDES PINTASLGO ELEITA PARA O CONSELHO EXECUTIVO DA U. N. E. S. C. O.

A décima nona Conferência Geral da U. N. E. S. C. O. efectuou no sábado a eleição de 25 dos 45 membros do Conselho Executivo para a Educação, Ciência e Cultura. Entre os membros, eleitos por quatro anos, figura Maria de Lurdes Pintasilgo, um dos seis novos elementos escolhidos para o Grupo 1 (Europa).

A Conferência Geral decidiu, no início da sua actual sessão, elevar de 40 para 45 o número de membros do conselho, a fim de assegurar me-

lhor representação dos países do Terceiro Mundo. Entre os cinco novos lugares, três foram efectivamente para países africanos e árabes, outro para um país asiático e um quinto para um país da América Latina e das Caraíbas. O Conselho Executivo substitui a Conferência Geral — órgão supremo da U. N. E. S. C. O. — entre as sessões desta última, que se realizam de dois em dois anos, sendo nomeadamente encarregado de seguir o trabalho do secretariado geral.